

A COOPERAÇÃO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Aluna: Mariana Oliveira do Nascimento
Orientadora: Mônica Herz

Introdução

Foi realizado um estudo sobre a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina. Foram analisados os contextos em que os dois países estão inseridos: regional – América Latina – e o internacional, observando a influência dos acontecimentos no plano externo para a elaboração da política de controle de materiais nucleares. Nesse sentido, foram estudados a criação e o desenvolvimento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade de Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Objetivos

A pesquisa buscou analisar as motivações que levam países a desistir da competição nuclear e as conseqüências de se integrar a um regime de não proliferação, destacando-se as questões de segurança que dominaram o plano regional e internacional ao longo de toda a Guerra Fria e que influenciaram decisivamente a elaboração de política doméstica e internacional de Brasil e Argentina no campo nuclear.

Metodologia

Para a realização da pesquisa foram utilizados como fontes artigos em periódicos acadêmicos internacionais na área de Relações Internacionais e Ciência Política, artigos de jornais da imprensa brasileira e o site oficial da ABACC.

O material bibliográfico permitiu apurar os contextos em que os países estavam inseridos, avaliando que fatores se tornaram preponderantes para o norteamento das decisões políticas. Inicialmente, foram analisadas as questões internas de cada país, sendo considerada a mudança de regime político ocorrida no início da década de 80, avaliando-se a influência desse fator para a aproximação de Brasil e Argentina, contrariando a histórica rivalidade existente.

Após, foi analisada a conjuntura regional da época, observando o papel desempenhado pela Organização dos Estados Americanos em questões de segurança da América Latina, além de outros eventos importantes, como as causas e conseqüências da guerra das Malvinas, o tratado para proscrição de armas nucleares na América Latina (Tlatelolco), e as conseqüências da crise dos mísseis cubanos.

Em seguida, foi observado o regime de não proliferação nuclear, buscando-se demonstrar de que forma os dois países estavam inseridos nesse regime e quais atitudes foram tomadas frente às disposições do principal tratado de não proliferação nuclear, o TNP, e frente às pressões externas sofridas por conta da recusa em assinar esse tratado durante as décadas de 70, 80 e meados de 90.

Finalmente, a pesquisa foi concluída com a análise da teoria de regimes internacionais elaborada por Stephen Krasner, uma vez que a questão da cooperação para a não-proliferação nuclear entre Brasil e Argentina está baseada na idéia do autor de “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em que as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das Relações Internacionais” (Krasner, 1983, p.1). A cooperação nuclear entre Brasil e Argentina seria, então, a demonstração da vontade política dos dois países em

dar transparência aos seus programas nucleares, contribuindo para a construção de um ambiente de confiança mútua. A ABACC seria o resultado disso.

Conclusões

Por meio da pesquisa empírica desenvolvida, esse projeto de iniciação científica buscou demonstrar de que forma a cooperação para a não-proliferação nuclear entre Brasil e Argentina se desenvolveu, analisando-se os fatos históricos do século XX, considerando-se os interesses de ambos os países em garantir a redução das tensões geradas pelos programas nucleares, bem como as pressões do sistema internacional em que estão inseridos.

A criação da ABACC é um longo processo histórico de construção de confiança e de formação de uma aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina no setor nuclear. A importância do processo político que levou à criação de uma agência binacional de controle de materiais nucleares é inegável no âmbito das relações Brasil e Argentina. A pesquisa reforça a assertiva – consagrada na literatura produzida sobre o tema – de que houve mudança de uma estratégia política de rivalidade para uma de cooperação, o que levou à criação de um dos regimes de segurança mais duráveis do sistema internacional. A ABACC, única organização binacional de salvaguardas nucleares existente no planeta – é, em última instância, a forma como tal regime se institucionalizou.

Referências

- 1 - COSTA, Thomaz Guedes. **Latin America and the New Challenges for a New International Security Regime in the Post Cold War Period – Regional Mechanisms and International Security in Latin América.** The United Nations University, 1998.
- 2 - GRIFFITH, Ivelaw. **Security Collaboration and Confidence Building in the Americas – International security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the post cold war era.** Edited by Jorge Dominguez, 1998.
- 3 - KRASNER, Stephen D., Ed., 1993, **International Regimes**, Ithaca: Cornell University Press, 1983
- 4 - WROBEL, Paulo – O Brasil e o TNP: resistência a mudança? - **Contexto Internacional**, volume 18, nº 1, pág 143 a 156 ., 1996
- 5 – Agência Brasileiro Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – www.abacc.org - acesso em: 10/07/2006